

PROPOSTAS FIRJAN PARA UM Brasil 4.0



ESFERA MUNICIPAL | OUT. 2024

Propostas para
alavancar a indústria
fluminense e promover o
crescimento econômico
do estado do Rio.

Ficha Catalográfica

F523p Firjan
 Propostas Firjan para um Brasil 4.0 : esfera municipal : Noroeste
 Fluminense - 2025-2028. / Firjan. – Rio de Janeiro: Firjan, 2024.
 11 p. : il., color.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Produtividade industrial.
3. Indústria fluminense. 4. Rio de Janeiro (Estado). 5. Noroeste
Fluminense I. Título.

CDD 338.98153



OUT. 2024

www.firjan.com.br

Av. Graça Aranha, 1, 12º andar
Centro, Rio de Janeiro
presidencia@firjan.com.br

Expediente

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

Luiz César Caetano

1º vice-presidente Firjan

Carlos Erane de Aguiar

2º vice-presidente Firjan

Henrique Antônio Nora Oliveira Lima Junior

1º vice-presidente Firjan CIRJ

Isadora Landau Remy

2º vice-presidente Firjan CIRJ

Antônio Carlos Vilela

Presidente da Firjan Noroeste Fluminense

José Magno Vargas Hoffmann

Vice-presidente da Firjan Noroeste Fluminense

Adão Patrício Gomes

Diretora de Gestão de Pessoas, Diversidade e Produtividade

Adriana Torres

Diretor Executivo SESI SENAI

Alexandre dos Reis

Diretora de Compliance e Jurídico

Gisela Pimenta Gadelha

Diretora de Finanças e Serviços Corporativos

Luciana Costa M. de Sá

Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa (Interino)

Luis Augusto Azevedo

Diretor de Educação e Cultura

Vinícius Cardoso

CONTEÚDO TÉCNICO

GERÊNCIA-GERAL DE COMPETITIVIDADE

Gerente-geral de Competitividade

Luis Augusto Azevedo

Coordenadora de Suporte à Competitividade Empresarial

Júlia Nicolau Butter

Equipe Técnica

Taíssa Farias Soffiatti

Vitor Amaral de Pinho

Arthur Calaça Leiros

Gustavo Rocha Titonelli da Silva

PROJETO GRÁFICO

GERÊNCIA-GERAL DE REPUTAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Gerente-geral de Reputação e Comunicação

Karla de Melo

Gerente de Comunicação Corporativa e Eventos

Amanda Zarife

Gerente de Publicidade e Marca

Fernanda Marino

Coordenadora de Criação e Produção Audiovisual

Danielle Pascoalino

Equipe Técnica

Margareth Moreira

Renata Ventura

Pelo desenvolvimento regional

Em 2022, a Firjan lançou a Agenda de Propostas para um Brasil 4.0, contendo pautas empresariais fluminenses nas esferas federal e estadual. São propostas que visam alavancar a produtividade da indústria e promover o crescimento econômico do Rio de Janeiro e do Brasil. Mundialmente, o bom desempenho das economias mais fortes está intrinsecamente relacionado à elevada competitividade empresarial. O aumento da produtividade, portanto, é condição *sine qua non* para o crescimento econômico.

Ao mesmo tempo em que depende de uma gestão corporativa eficiente, a produtividade dos fatores das empresas requer que os governos ofereçam um ambiente de negócios favorável, que propicie: trabalhadores qualificados, carga tributária competitiva, segurança institucional e jurídica, fomento à inovação, sustentabilidade fiscal e socioambiental, infraestrutura adequada e simplificação da burocracia.

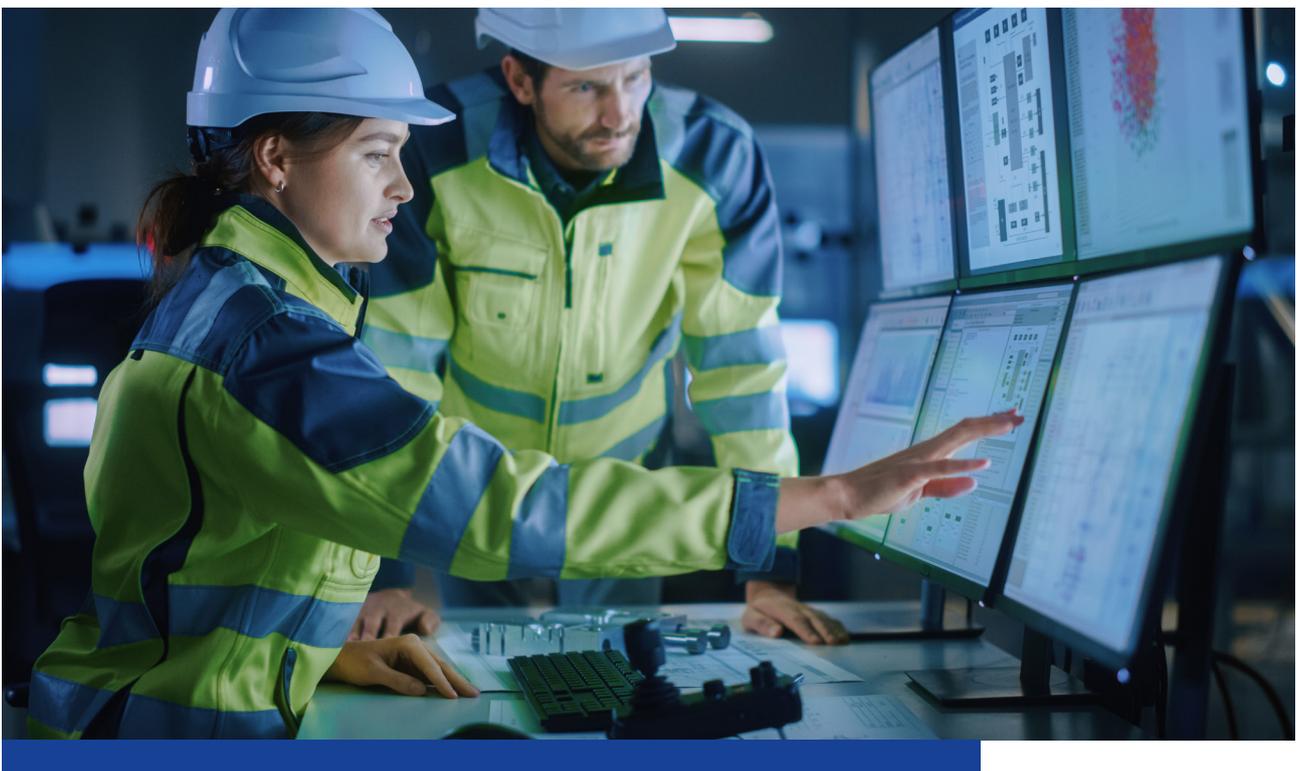
Os desafios para elevação da produtividade são observados em todas as esferas. Diante das eleições que definirão os gestores municipais para o período

2025-2028, a federação conduziu uma atualização das pautas empresariais para as prefeituras fluminenses, organizadas regionalmente. Ao todo são dez regiões: Duque de Caxias e Região, Capital, Centro-Norte, Centro-Sul, Leste, Nova Iguaçu e Região, Noroeste, Norte, Serrana e Sul.

Partindo das Agendas Regionais Municipais 2021-2024, foram conduzidos debates com cerca de 200 empresas dos Conselhos Regionais da Firjan de todas as regiões do estado a respeito dos temas críticos para o desenvolvimento socioeconômico.

O presente documento tem por objetivo apoiar os próximos gestores municipais na identificação das prioridades para o desenvolvimento da região Noroeste Fluminense a partir do fomento à competitividade e à produtividade da indústria fluminense.

A região Noroeste Fluminense é composta pelos seguintes municípios: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai.



Propostas prioritárias para a região Noroeste Fluminense

As propostas priorizadas pelo Conselho Empresarial da região Noroeste Fluminense foram organizadas segundo os pilares da Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0, apresentados a seguir.

Pilares da Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0

Ambiente de negócios	Infraestrutura	Capital humano	Eficiência do estado
Facilidade para abrir/operar uma empresa	Energia elétrica	Educação básica	Reforma administrativa
Acesso a crédito	Mobilidade urbana	Formação profissional	Segurança institucional e jurídica
Sistema tributário	Logística	Legislação trabalhista	Gestão pública
Comércio exterior	Telecomunicações	Saúde do trabalhador	
Segurança pública	Petróleo e gás		
Inovação	Ordenamento urbano		
Sustentabilidade (economia circular, reciclagem, mercado de carbono, ODS, investimento social)			

Nas seções seguintes são apontadas as propostas priorizadas, majoritariamente relacionadas a Ambiente de Negócios e Infraestrutura.

Segurança pública

A segurança pública é um importante desafio em todo o estado do Rio de Janeiro. Além do imensurável custo humano, a insegurança gera prejuízos enormes para toda a sociedade. Em 2021, o estado registrou uma média de 12 roubos de carga por dia (4.521 no ano)¹, crime que, junto com a falsificação de produtos e a importação de produtos piratas, sustentam o mercado ilegal². Segundo estimativa do World Trade Review³, 73% dos brasileiros consomem produtos piratas anualmente. Considerando que o Rio de Janeiro possui a segunda maior economia e o terceiro maior mercado consumidor do país, é um número alarmante. Dessa forma, é

evidente que o país demanda esforços para melhorar as condições de segurança pública em todos os níveis de governo. As prefeituras são agentes importantes no combate à comercialização de produtos do mercado ilegal e na interlocução com o governo estadual para melhoria da segurança pública.

A região Noroeste Fluminense tem avançado nos pleitos de segurança pública e na articulação entre o setor público, as forças policiais, os empresários e a população. Essa sinergia e esse trabalho conjunto precisam ser mantidos para garantir a continuidade da redução da criminalidade em todos os municípios da região.

Proposta 1 - Atuar junto ao governo estadual para melhoria das condições de segurança pública, com foco em aumentar o policiamento principalmente nas áreas industriais.

6 Facilidade para abrir/operar uma empresa

Desde a criação do Comitê Gestor de Registro Empresarial Integrado (COGIRE), os processos de abertura e licenciamento de empresas vêm sendo simplificados com a integração dos órgãos estaduais e municípios do Rio de Janeiro ao Sistema de Registro Integrado (REGIN). Coordenado pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) e envolve atuação da Receita Federal, da Secretaria Estadual de Fazenda, do Corpo de Bombeiros, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), da Vigilância Sanitária e das prefeituras.

A criação do INEA também representou um significativo avanço, entre outras medidas adotadas na

última década. Resultando na introdução de novas legislações que facilitam, beneficiam e expandem o acesso das empresas, principalmente as pequenas, a novos mercados, a linhas de crédito e à informação qualificada. Além disso, é essencial que as prefeituras da região adotem o programa Licença 4.0, que busca reduzir o prazo entre a solicitação e a concessão de licenciamentos para o início das obras de construção, de modo a tornar todo o processo mais eficiente e célere, gerando benefícios às empresas, às prefeituras e à população.

¹ Acesse a publicação da Firjan "Panorama do roubo de carga no estado do Rio de Janeiro" (2024), em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/o-impacto-economico-do-roubo-de-cargas-no-estado-do-rio-de-janeiro-1.htm>.

² Acesse a publicação da Firjan "Brasil Ilegal em Números" (2024), em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/combate-ao-brasil-ilegal-1.htm>.

³ Acesse as estatísticas da World Trade Organization, em https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/publications_e.htm.

Em complemento às iniciativas para desburocratização do ambiente de negócios, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Federal 123/2006⁴) representou um importante avanço ao introduzir o Simples Nacional,

bem como simplificar processos e estabelecer mecanismos de preferência para pequenas empresas em compras governamentais. É preciso, contudo, avançar na sua regulamentação e efetiva aplicação em nível municipal.

Proposta 2 – Atuar junto ao governo estadual para implantar posto do INEA em Itaperuna, com autonomia para licenciamento.

Sustentabilidade

O compromisso com a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, a descarbonização da economia e a prevenção de eventos climáticos deve ser um direcionador para os governos, incluindo as prefeituras. A concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) realizada pelo governo estadual, em 2021, representou um importante marco para viabilizar a melhoria dos serviços de saneamento básico no estado do Rio de Janeiro. No Noroeste Fluminense, os municípios de Santo Antônio de Pádua, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Porciúncula e Varre-Sai não aderiram ao processo de concessão da CEDAE e mantiveram a companhia estadual como responsável pelo abastecimento de água. Os demais municípios, que eram atendidos exclusivamente pela CEDAE, aderiram ao processo e foram incluídos nos blocos 1 e 3 da concessão. Logo, os municípios de Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema são atendidos pelo grupo Aegea e os municípios de Bom Jesus de Itabapoana, Natividade e São José do Ubá são atendidos pela Águas do Brasil. Em 2022, foram investidos cerca de R\$ 19,5 milhões nos serviços de saneamento da região – o maior volume de

investimentos já realizados. Além disso, a região avançou significativamente em relação à cobertura de coleta de esgoto, saltando de 22% em 2021 para 65% em 2022. Concomitante aos investimentos com a concessão da CEDAE, o programa estadual de investimentos Pacto RJ⁵ prevê a aplicação de R\$ 1,32 bilhão em gestão ambiental em todo o estado do Rio de Janeiro. Ainda em gestão ambiental, um tema que merece atuação direta das prefeituras é a coleta e a destinação adequada de resíduos urbanos e industriais. Esse permanece sendo um grande desafio a ser vencido em diversos municípios da região Noroeste Fluminense. Nesse sentido, o “Mapeamento dos Fluxos de Recicláveis Pós-Consumo”⁶, realizado pela Firjan, identificou que no estado do Rio de Janeiro são gerados aproximadamente 7,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos anuais. Além disso, o estudo apontou que o estado enterra, por ano, R\$ 2 bilhões em resíduos que poderiam ser reciclados. Caso fossem reciclados, poderiam movimentar a economia com a geração de 31,9 mil novos empregos e mais de R\$ 9 bilhões em renda.

⁴ Acesse a Lei Complementar 123/2006 em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm.

⁵ O Pacto RJ surgiu, em 2022, com o objetivo de dar transparência à sociedade fluminense no processo de retomada dos investimentos públicos pelo estado. Para isso, foi desenvolvida uma plataforma digital, que permite o acesso direto às informações a respeito do ciclo de vida dos projetos incluídos na carteira de investimento, englobando desde a sua concepção até a finalização da obra pública. A plataforma do Pacto RJ reúne todo o conjunto de dados em *dashboards* atualizados e intuitivos, visando o acompanhamento dos projetos de forma clara e simples para todos os cidadãos. Acesse o portal em www.pacto.rj.gov.br.

⁶ Acesse a publicação da Firjan “Mapeamento dos Recicláveis Pós-consumo no estado do Rio de Janeiro” (2023) em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/manuais-e-cartilhas/mapeamento-dos-fluxos-de-recicla-veis-pos-consumo-no-estado-do-rio-de-janeiro.htm>.

Proposta 3 - Melhorar e ampliar a rede de Centros de Tratamento de Resíduos urbanos e industriais e instalar unidades locais de triagem pós-coleta e reciclagem para aumentar a destinação adequada de resíduos e o seu reaproveitamento.

Proposta 4 - Atuar junto às empresas de saneamento para universalizar a rede coletora de esgoto, construindo novas estações de tratamento.

Infraestrutura

Ordenamento urbano

O planejamento territorial é essencial para que os municípios potencializem o crescimento econômico e o desenvolvimento social. A adequada ocupação do solo por meio da definição da destinação das diversas áreas circunscritas ao município permite à prefeitura investir na infraestrutura necessária para a finalidade de cada uma delas.

Nesse sentido, os Planos Diretores são importantes instrumentos para orientar e ordenar a ocupação das áreas disponíveis. Na região Noroeste Fluminense, apenas os municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Itaocara, Itaperuna, Miracema e Santo Antônio de Pádua possuem planos diretores, com criação original entre 2006 e 2018. Em Bom Jesus do Itabapoana, Itaocara e Itaperuna o processo de revisão dos planos foi realizado ou está em andamento, com o intuito de mantê-los atualizados. O município de Santo Antônio

de Pádua está com seu plano dentro da validade. Enquanto o plano do município de Miracema foi elaborado há mais de dez anos, sendo necessário empenhar esforços no processo de atualização. A região ainda precisa avançar nesse pleito, estimulando a implementação do Plano Diretor nos demais municípios.

Em 2023, foi lançado pelo governo do estado o Programa Distritos Industriais, que visa fomentar setores estratégicos da economia fluminense, resultando na geração de emprego e renda, por meio de vocações locais. O programa, prevê a criação do distrito industrial em Itaperuna, pleito de suma importância para a região, principalmente, para o setor produtivo. A implantação do distrito deve estar atrelada a construção de infraestrutura básica, como pavimentação, asfaltamento, energia elétrica, água e esgoto.

Proposta 5 - Realizar e manter atualizados os Planos Diretores Municipais, em interlocução com o governo estadual, de modo a viabilizar a captação de recursos federais para investir na melhoria da mobilidade urbana.

Proposta 6 - Implementar o Distrito Industrial de Itaperuna.

Proposta 7 - Impedir e fiscalizar a ocupação irregular e seus efeitos, em especial nas áreas/distritos industriais e seus entornos, de modo a incentivar a ocupação de áreas urbanas que já possuem infraestrutura de transporte, saneamento, energia e telecomunicação.

Logística e mobilidade

O estado do Rio de Janeiro conta com uma localização privilegiada no país e as principais rodovias federais cortam o seu território. Porém, para isso se tornar um fator de atratividade e competitividade, é preciso impulsionar os investimentos em infraestruturas, com o intuito de torná-las cada vez mais eficientes. Nesse sentido, o estado do Rio de Janeiro tem contado com programas que possibilitam a aplicação de recursos financeiros em obras de infraestruturas espalhadas por todo o estado, como o PAC⁷ e o Pacto RJ. O Pacto RJ tem viabilizado a realização de obras de infraestrutura e de mobilidade em diversos municípios da região Noroeste Fluminense. Em 2021, a Firjan publicou o documento “Rio Canteiro de Obras”, destacando obras de infraestrutura prioritárias para o estado, que foram majoritariamente incorporadas ao Pacto RJ. Para a região Noroeste Fluminense, foram inseridas as obras de adequação das rodovias RJ-198, RJ-206, RJ-210, RJ-214 e RJ-230, que integram os municípios da região, e de construção do Contorno de Itaperuna (BR-356). Porém, a importante rodovia RJ-116, que recebeu investimentos na ordem de R\$ 84 milhões por meio do Pacto RJ, continua sem duplicação e apresentando problemas de manutenção.

Em âmbito municipal, existem importantes iniciativas e projetos que visam melhorar a mobilidade urbana e a logística dos municípios fluminenses, como o Plano de Mobilidade.

O Plano de Mobilidade Urbana (PMU) é uma obrigação prevista na Política Nacional de Mobilidade Urbana que viabiliza as prefeituras pleitearem recursos federais para

a realização de intervenções que melhoram a mobilidade. Os municípios com população superior a 20 mil habitantes precisam apresentar os PMUs contendo as obras de mobilidade urbana previstas para os próximos dez anos, de modo a serem habilitados a receber os recursos federais para financiar a realização das intervenções. A Medida Provisória 1.179/2023⁸ prorrogou o prazo para elaboração dos PMUs: a data ficou em 12 de abril de 2024, para cidades com mais de 250 mil habitantes, e 12 de abril de 2025, para cidades com até 250 mil habitantes.

Outro ponto importante é a adesão das prefeituras ao programa Calçadas Acessíveis, que visa tornar o calçamento das cidades mais acessível, seguindo normas técnicas para inclusão, qualidade de vida e otimização dos deslocamentos. Esse programa foi instituído por meio do Decreto 694/2021, em parceria com a Firjan.

Em concessões, a BR-393 continua sendo administrada pela concessionária K-Infra. Contudo, diante da publicação, por parte do Ministério dos Transportes, da Portaria 848/2023⁹, que institui novas regras para contratos de concessões rodoviárias, a K-Infra deu entrada no processo de readaptação e otimização contratual, ao final de 2023. A BR-356, em outubro de 2023, teve o aviso de licitação publicado para a contratação de empresa especializada na elaboração de estudos e de projetos básicos e executivos de engenharia para a implantação do Contorno Rodoviário do Município de Itaperuna, que, também, está sob responsabilidade do Ministério dos Transportes.

⁷ O PAC - Programa de Aceleração do Crescimento -, que está em sua terceira versão, tem o objetivo de acelerar o crescimento econômico, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira. O programa tem um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos ao crescimento. O novo PAC terá como principal desafio o aumento do índice de conclusão das obras, que na primeira versão ficou abaixo de 10% e na segunda versão chegou em 25%. Estão previstos investimentos na ordem de R\$ 1,7 trilhão, sendo R\$ 1,4 trilhão até 2026.

⁸ Acesse a Medida Provisória 1179/2023 em <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/158690>.

⁹ Acesse a Portaria 848/2023 em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-848-de-25-de-agosto-de-2023-505746177>.

Proposta 8 - Adesão de todos os municípios da região ao Programa Calçadas Acessíveis, oferecido pela Firjan, visando a adequação do calçamento das ruas.

Proposta 9 - Atuar junto ao governo estadual para realização das obras de restauração das rodovias RJ-198, RJ-202, RJ-206, RJ-210, RJ-214 e RJ-230, que garantem a integração entre os municípios da região, bem como a duplicação integral da RJ-116, a partir de Macuco.

Proposta 10 - Atuar junto ao governo federal para relicitação da BR-393 e licitação da BR-356, garantindo a inclusão da adequação dos acessos às áreas industriais.

Proposta 11 - Assegurar regularização das prefeituras no Cauc-Siafi, de modo a possibilitar o acesso a recursos federais para realização de investimentos.

Energia elétrica

A qualidade da energia é fundamental para a manutenção da produtividade industrial, sendo preciso realizar avaliações quanto à necessidade de obras estruturais e de modernização da rede de energia na região, além de elaborar um plano estratégico com metas, objetivos e prazos. As empresas localizadas na região Noroeste Fluminense relatam, com frequência, ocorrências de oscilações, picos e interrupções no fornecimento de energia. Medidas mais emergenciais de curto prazo já podem ser tomadas e constar no radar dos órgãos públicos responsáveis, como a realização periódica de podas preventivas na vegetação, o que evitaria muitas das ocorrências de falhas no abastecimento de energia. Garantir uma boa articulação entre prefeituras, secretarias e distribuidoras de energia é essencial para se alcançar resultados positivos nos pleitos de melhoria no fornecimento de energia elétrica. Essa sinergia possibili-

tará a realização do cronograma de podas, a avaliação de melhorias na infraestrutura atual e a estruturação de estudos para a modernização das redes. A eficiência do serviço de fornecimento de energia elétrica beneficiará não só o setor produtivo e seus distritos industriais, mas também toda a população da região.

Além da melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica, o fornecimento de gás natural é um gargalo para as indústrias da Região Noroeste Fluminense. Atualmente somente os municípios de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua contam com distribuição canalizada. O gás natural é uma fonte de energia importante para os processos industriais e emerge como parceiro crucial na jornada de transição energética. Por isso, a necessidade de a região contar com infraestrutura adequada para direcionar o gás natural para as indústrias locais.

Proposta 12 - Atuar junto à concessionária para ampliar e estabilizar a carga no fornecimento de energia elétrica nas áreas de concentração industrial, nos distritos e condomínios industriais e empresariais, por meio da interlocução com as concessionárias.

Proposta 13 - Atuar junto ao governo estadual e à concessionária para implementar rede de distribuição de gás natural na região.

Propostas em níveis federal e estadual com impacto na região

Há pautas empresariais com impacto direto na competitividade das indústrias e no desenvolvimento da região Noroeste Fluminense tratadas nas esferas federal e estadual para as quais torna-se essencial o envolvimento ativo dos governos municipais. Entre elas, destacam-se:

Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0 – Esfera Federal

Proposta 20 - Aperfeiçoar a legislação vigente, buscando a redução da impunidade de crimes que envolvam o roubo de cargas e o mercado de produtos falsificados e de origem ilícita.

Proposta 42 - Oferecer apoio federal aos municípios no processo de padronização legal dos requisitos para a implantação da infraestrutura para o 5G, garantindo a difusão da tecnologia por todo o país.

Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0 – Esfera Estadual

Proposta 5 - Compromisso com a segurança jurídica – não redução de benefícios fiscais já concedidos aos contribuintes.

Proposta 10 - Aumento da competitividade tributária pela cola de benefícios fiscais concedidos por outros estados da região Sudeste.

Proposta 14 - Intensificar o controle das divisas estaduais, por meio de um programa de barreiras fiscais e a instalação de Centros Integrados de Comando e Controle, estrategicamente posicionados, com o objetivo de diminuir a entrada de armas, munições e drogas que alimentam o crime organizado.

Proposta 28 - Realizar estudo referente à necessidade de ampliação de carga e melhoria na qualidade da energia em conjunto com as distribuidoras, visando elevar a confiabilidade e a estabilidade da rede, principalmente nas áreas dos distritos industriais.

Proposta 29 - Elaborar um plano de ação em conjunto com as empresas de energia, órgãos de segurança pública e sociedade civil para reduzir as perdas comerciais de energia no estado.



firjan.com.br/brasilquatropontozero

